



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ENSINO DE QUALIDADE NA COMUNIDADE
VILA BOM JESUS, RESEX VERDE PARA SEMPRE, PARÁ: UMA PERSPECTIVA
SOB AS CIÊNCIAS DA NATUREZA**

JOÃO PAULO VIEIRA FURTADO

Porto de Moz

Fevereiro, 2026

JOÃO PAULO VIEIRA FURTADO

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ENSINO DE QUALIDADE NA COMUNIDADE
VILA BOM JESUS, RESEX VERDE PARA SEMPRE, PARÁ: UMA PERSPECTIVA
SOB AS CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Trabalho de Conclusão do curso como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciado em Educação do Campo pela
Universidade Federal do Pará

Orientador Prof. Dr. Felipe Bittioli R. Gomes

Porto de Moz – PA

Fevereiro, 2026

FOLHA DE APROVAÇÃO**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ENSINO DE QUALIDADE NA COMUNIDADE
VILA BOM JESUS, RESEX VERDE PARA SEMPRE, PARÁ: UMA PERSPECTIVA
SOB AS CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Trabalho de Conclusão do curso como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Educação do Campo pela Universidade Federal do Pará

Data da aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Bittioli R. Gomes (orientador)

Faculdade de Etnodiversidade / UFPA

Profa. Dra. (Banca Examinadora)

Faculdade de...../ UFPA

Prof. Dr (Banca Examinadora)

Faculdade de...../ UFPA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

V657d Vieira Furtado, João Paulo.

Desafios e perspectivas para ensino de qualidade na comunidade Vila Bom Jesus, Resex Verde Para Sempre, Pará: uma perspectiva sob as Ciências da Natureza : Desafios e Perspectivas para o Ensino de Ciências na Escola Sítia Lopes de Alencar, comunidade Vila Bom Jesus / João Paulo Vieira Furtado, Felipe Bittioli Rodrigues Gomes. — 2026.
XXIII,23 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Felipe Bittioli Rodrigues Gomes
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Etnodiversidade,
Altamira, 2026.

1. Educação do Campo. 2. Ciências da Natureza. 3.
RESEX Verde para Sempre. 4. Pedagogia da Alternância. 5.
Vila Bom Jesus.. I. Rodrigues Gomes, Felipe Bittioli. II.
Título.

CDD 370

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Olival Sanches Furtado e Maria do Socorro Vieira Furtado, que me deram a base de tudo e nunca mediram esforços para que eu pudesse estudar. Sem o apoio de vocês, nada disso faria sentido. À minha esposa, Luciane Duarte Tenório, por estar ao meu lado em cada noite mal dormida, me ouvindo e me incentivando a não desistir. Esta vitória é nossa.

AGRADECIMENTOS

Obrigado a Deus por me permitir concluir este ciclo. Sou imensamente grato a Nossa Senhora, que nunca me deixou desanimar.

Um agradecimento especial aos meus pais, Maria do Socorro e Olival, por acreditarem em mim desde o começo. Às minhas avós, Francilina e Maria Edí, por serem meu exemplo. Aos meus irmãos, Miguel, Marcos, Maria Lúcia, Salomão, Inês e Andreia, pelo incentivo constante.

Não posso esquecer da minha comunidade de pertença e de todos da escola Sítia Lopes de Alencar, que me acolheram e contribuíram tanto para o meu crescimento. Fica aqui minha eterna gratidão a todos.

Agradeço o prof. Dr. Felipe Bittioli, pela amizade e orientação deste TCC ao longo de todos estes anos, e aos demais professores do curso por terem se dedicado à minha graduação.

À Faculdade de Etnodiversidade e à Universidade Federal do Pará, pela oportunidade de realizar esta graduação.

À todos os colegas de turma, que direta e indiretamente me apoiaram e criaram vínculos para toda a vida. Espero que nos encontremos muitas vezes ainda ao longo da vida. Obrigado!

RESUMO

Este trabalho apresenta os desafios e as possibilidades para um ensino de Ciências de qualidade na comunidade Vila Bom Jesus, localizada na Reserva Extrativista (RESEX) Verde para Sempre, no Pará. A pesquisa foi construída durante as etapas de Tempo Comunidade (TC) do curso de Educação do Campo, utilizando a Pedagogia da Alternância como base. O objetivo principal foi analisar como questões de infraestrutura e currículo afetam o aprendizado dos alunos. Através de um seminário de devolutiva com os moradores, foram discutidos pontos críticos como a precariedade do transporte escolar fluvial, a alimentação que nem sempre é suficiente e a falta de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que respeite o calendário das águas e a realidade local. Os resultados mostram que, embora a biodiversidade da reserva seja um laboratório natural riquíssimo, o ensino de Ciências ainda sofre com modelos urbanos que ignoram o saber tradicional. Conclui-se que a melhoria da educação na RESEX depende tanto de investimentos públicos quanto da união da comunidade para cobrar seus direitos e valorizar o conhecimento da floresta dentro da sala de aula.

Palavras chaves: Educação do Campo; Ciências da Natureza; RESEX Verde para Sempre; Pedagogia da Alternância; Vila Bom Jesus.

ABSTRACT

This study presents the challenges and possibilities for quality Science teaching in the Vila Bom Jesus community, located in the Verde para Sempre Extractive Reserve (RESEX) in Pará. The research was developed during the "Community Time" stages of a Rural Education degree, based on the Pedagogy of Alternation. The main goal was to analyze how infrastructure and curriculum issues affect student learning. Through a feedback seminar with residents, critical points were discussed, such as the precariousness of river school transport, insufficient school meals, and the lack of a Political-Pedagogical Project (PPP) that respects the flood cycles and local reality. The results show that, although the reserve's biodiversity is a rich natural laboratory, Science teaching still suffers from urban models that ignore traditional knowledge. The study concludes that improving education in the RESEX depends on both public investment and community organization to demand their rights and value forest knowledge in the classroom.

Keywords: Rural Education; Natural Sciences; Verde para Sempre RESEX; Pedagogy of Alternation; Vila Bom Jesus community.

Desafios e Perspectivas para o Ensino de Ciências na Escola Sitia Lopes de Alencar, comunidade Vila Bom Jesus

João Paulo Vieira Furtado¹; Felipe Bittioli R. Gomes²

Introdução

A educação rural sempre enfrentou barreiras significativas ao redor do mundo, especialmente pela predominância de modelos urbanocentristas que ignoram a cultura e o cotidiano camponês. Isso gerava, historicamente, o êxodo de jovens para cidades em busca de estudo ou o abandono escolar completo (Silva; Dal Ri, 2024). Foi nesse contexto que, em 1935, pequenos agricultores do sudeste francês criaram a Pedagogia da Alternância, uma abordagem revolucionária que integra o saber teórico universitário ao prático vivido nas comunidades rurais, promovendo permanência e desenvolvimento local (Gimonet *apud* Zimmermann et al., 2020).

No Brasil, a Educação do Campo surge ligada às lutas sociais a partir dos anos 1970, reivindicando não só terra, mas um ensino que respeite o campo. Caldart (2009, p. 39) define-a como “crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”. São considerados marcos para a história da Educação do Campo as Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo, ocorridas em 1998 e 2004, que envolveram movimentos sociais e instituições, ambas impulsionados pelo I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, ENERA, em 1997 (Prazeres, 2013).

Em todas as regiões brasileiras onde há a necessidade de educação no campo, com suas peculiaridades e especificidades de funcionamento, e em especial nas regiões amazônicas, como a mesorregião de Altamira, os desafios se agravam pela geografia e fluxo dos rios e igarapés, e a inexistência de estradas.

¹ Discentes do curso de Educação do Campo, ênfase em Ciências da Natureza. Universidade Federal do Pará, *Campus* Altamira. Grupo de Estudos em Comportamento e Ecologia Animal. E-mail: paulovieirafurtadojpl@gmail.com

² Docente do curso de Educação do Campo, ênfase em Ciências da Natureza. Universidade Federal do Pará, *Campus* Altamira. PPG Biodiversidade e Conservação; PPG Estudos em Etnodiversidade; Grupo de Estudos em Comportamento e Ecologia Animal. E-mail: felipebrgomes@gmail.com.br

Nestes locais, mesmo a educação do campo, que seria o sistema ideal de ensino, se não trabalhado de forma correta, considerando as peculiaridades climáticas e geográficas, funcionará de forma inadequada, com uma oferta de educação precária às comunidades tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, quilombolas e indígenas (Araújo et al., 2021). E é neste contexto que a Pedagogia da Alternância mostra-se então como a alternativa que viabiliza a educação do campo no campo. Ela se adapta aqui via Tempos Escola (ou TUs, Tempo Universidade) para acesso a conteúdos teóricos e científicos na formação discente (e do futuro docente, no caso da graduação), e Tempos Comunidade (TCs) para práticas locais que dialogam teoria e cultura tradicional.

Desta forma, neste estudo abordamos e discutimos uma ferida persistente na educação campestre, a luta por uma educação de qualidade no campo amazônico. Nosso trabalho focou o ensino de Ciências na Escola Sítia Lopes de Alencar, na Reserva Extrativista (RESEX) Verde Para Sempre, onde questionamos as dimensões institucionais e curriculares que impedem um ensino contextualizado, e nos propomos a discutir adaptações pedagógicas, analisando facilidades, dificuldades e métodos de ensino.

Justificativa

Baseado em todo este contexto apresentado previamente, nosso trabalho se justifica na tentativa de elucidar questões referentes ao ensino de ciências relacionado à educação do campo em uma escola inserida dentro de uma RESEX, no interior do Pará, no coração da Amazônia brasileira. Nesse sentido, este não é apenas um estudo da universidade, mas sim um olhar para a realidade da Escola Sítia Lopes de Alencar e da comunidade Vila Bom Jesus. Pois o ensino de Ciências precisa contemplar a realidade da comunidade local. E já que a comunidade se localiza em uma área composta por uma biodiversidade de várzea e terra firme e cultura local, ela se configurando num laboratório natural. Então este trabalho também se justifica, na tentativa de dar voz à comunidade e aos desafios do dia a dia que interferem na qualidade do ensino de Ciências, elucidando as dimensões institucionais: transporte, alimentação, infraestrutura e curriculares: PPP e calendário que precisam ser urgentemente repensadas.

Objetivo Geral

Foram então, nossos objetivos, analisar as dimensões institucionais e curriculares que impactam o ensino-aprendizagem de Ciências em uma escola rural amazônica, com base na Pedagogia da Alternância, para um diagnóstico participativo que inicie uma trajetória e estratégias coletivas de melhoria territorial neste campo. Mapeamos indicadores institucionais, como o transporte discente, a alimentação escolar, a participação da família na escola e a infraestrutura, assim como indicadores curriculares, como o Projeto Político Pedagógico e o calendário escolar. Posteriormente nos propusemos a discutir práticas de ensino de Ciências e propor caminhos, via uma discussão no evento de devolutiva aos comunitários.

Metodologia

Nossos dados foram coletados ao longo do curso de graduação, do primeiro autor, em Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza. O curso forma professores por área de conhecimento, e que atuarão nas disciplinas de ciências, biologia, física e química, nas nos anos finais do Ensino básico e no Ensino médio. O curso funciona no sistema da Pedagogia da Alternância, com TUs e TCs, com um total de oito TCs, sendo os quatro primeiros voltados ao estudo da comunidade de pertencimento e ao ensino de ciências, e os quatro últimos dedicados aos estágios supervisionados.

O primeiro Tempo Comunidade (TC-I) visa entender e resgatar a história da comunidade, sua fundação e lutas para existências; o TC-II estuda a história da escola da comunidade, ou como funciona o ensino para os comunitários; no TC-III foco direciona-se ao ensino de ciências, a formação e atuação do professor da disciplina; e por fim, no TC-IV é realizada uma ação devolutiva à toda comunidade, via de regra na escola ou no salão comunitário, onde são apresentados todos os dados obtidos anteriormente nas pesquisas, e discutidos os resultados, dificuldades e particularidades de cada comunidade, e são propostos novos caminhos que podem ser traçados para a melhoria da educação na comunidade.

Especificamente para a realização do TC-IV, que é de onde se resultam as discussões comunitárias, na última semana de aulas, durante o TU-III recebemos as orientações para a realização do seminário de devolutiva na comunidade. A partir daí começamos a divulgar o seminário, inicialmente conversando com os familiares e amigos em casa, na escola, na Igreja, nos bares e na rua. O dia da apresentação foi acordado para o dia 04 de junho de 2024. Cerca de 15 dias antes do evento reforçamos os convites via convites oficiais impressos e por rede social.

Com o apoio da família providenciamos para que no dia do seminário fosse oferecido café da manhã com pães, mingau, bolo e refrigerante. O seminário aconteceu no refeitório da escola Sítia Lopes de Alencar e foram utilizadas cartolinas, EVA, pincel de quadro branco, cola, barbante, duas caixas de som. Também imprimimos algumas fotos que evidenciavam alguns indicadores, e foram colocadas em um varal exposto para observação como um varal.

A dinâmica funcionou como uma exposição dialogada, onde eram apresentados os resultados das pesquisas, e cada um dos indicadores avaliados era pontuados pelos comunitários entre bom, médio e ruim, e após a qualificação, eram discutidas as causas e possibilidades sobre cada um deles.

Por se tratar de uma pesquisa realizada dentro de uma RESEX federal, é necessária a autorização do Sistema de Autorização de Informação em Biodiversidade, e nosso trabalho foi permitido mediante o processo SISBIO #103633-1.

Resultados e Discussão

O seminário de devolutiva ocorreu em 04 de junho de 2024, apresentando então os dados dos TC-I, II a III, via planilha em cartolina com os oito indicadores citados. A discussão ocorreu desde a precariedade do transporte escolar perpassando pela necessidade da participação da comunidade na alimentação escolar, a qualidade da infraestrutura do prédio e a carência do Projeto Político Pedagógico na escola. Dentre os indicadores e discussões promovidas, quero destacar alguns dos que foram os mais exaltados pelos participantes, apresentando-os a seguir.

Dimensões Institucionais e seus Indicadores de Qualidade

Participação da comunidade e família na escola

O atual calendário escolar que a escola Sitia Lopes de Alencar segue, é totalmente inadequado para a zona rural, porque não se adéqua às peculiaridades da nossa região. Todos os fatores citados acabam reduzindo a quantidade de dias letivos trabalhados, e conseqüentemente a qualidade o processo de ensino aprendizagem. Tais adequações são previstas no artigo 28 da Lei nº 9.394 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) nos incisos I-II e III:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância; (Redação dada pela Lei nº 14.767, de 2023)

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 23).

Os pontos que mais foram discutidos foram o período das cheias, a falta do combustível para o transporte escolar e o tempo que fica sem aulas quando os professores vão receber seus salários. Nesse sentido, no TC-III mãe e alunos afirmaram que há meses com apenas 16 dias letivos.

O período das cheias

Quando é tempo das cheias dos rios, entre os meses de abril e maio, uma parte da comunidade e do trajeto para chegar a escola Sitia Lopes de Alencar fica inundado dificultando muito o acesso à escola. Além da dificuldade de acesso devido à inundaçã, aumenta a ocorrência das arraias podendo causar acidentes, além de que o manejo do gado e os trabalhos nas roças da famílias aumenta, havendo a necessidade de auxílio dos discentes em casa ocasionando a falta na escola.

A falta de combustível para o transporte escolar

Embora o transporte escolar seja um direito dos estudantes incluindo principalmente os que moram no campo, e até regido por uma legislação que tem como finalidade garantir uma educação igualitária e de boa qualidade a todos, na prática essa acessibilidade ainda é muito problemática. Essa situação se manifesta também na escola Sítia Lopes de Alencar. Pois além da precariedade das embarcações, há outro fator que agrava mais esse indicador, a quantidade de combustível que vem para o transporte escolar. “Falta frequente de combustível para o transporte escolar e falta de transporte escolar adequado para os alunos”. (Loureiro; Carneiro e Amaral, 2019, p. 103).

. É insuficiente para suprir todos os dias letivos do mês. Segundo um dos entrevistados do meu TC-II em 2023, o fornecimento do combustível para o transporte dos alunos no barquinho e catraias, é fornecido por uma empresa contratada pela prefeitura. Entretanto, a quantidade de combustível nunca é o suficiente, mesmo levando-se em consideração a defasagem do calendário escolar, que efetivamente funciona com menos dias do que o ideal.

É importante observarmos também que antes quando tudo era mais difícil e o meio de locomoção era a canoa, mas os pais incentivavam os filhos e estes remavam por horas todos os dias para estudar. Não tinha barcos e nem catraias a merenda era escassa e parecia haver mais interesse nos deveres de casa que os professores passavam. E hoje, mesmo que não tenhamos o transporte ideal mas melhorou a mobilidade e conforto em relação a canoa e a qualidade da merenda. E infelizmente parece ter crescido um desinteresse das famílias pela educação. Um participante fez um paralelo lembrando que em sua época de criança não se via crianças andando na rua fora de hora, enquanto hoje até 23h é possível ver crianças andando nas ruas da comunidade.

O tempo que fica sem aulas quando os professores e barqueiros vão receber seus salários

Outro fator determinante e estreitamente ligado aos tópicos acima é o período em que os discentes ficam sem aulas devido ao tempo de pagamentos dos professores e dos barqueiros (pilotos das embarcações) que vão para a cidade, pois a partir do dia 29 ou 30 no máximo o salário sai, exceto o dos barqueiros que segundo um dos entrevistados, sempre varia do prazo dos professores saindo as vezes dia 03, ou dia 04, ou 05 ou até dia 07. Chegando na cidade, além de irem

receber seus salários e fazerem pequenas compras, ainda precisam ir até o estabelecimento de distribuição do combustível.

E na maioria das vezes, esse processo demanda pelo menos uma semana entre a ida dos professores e posteriormente dos barqueiros, até a volta para poderem receber seus salários que não sai no mesmo período do pagamento dos professores. Como eu observei em 2023 no TC-III, a mãe entrevistada expressou insatisfação ao relatar que: “Há meses sendo trabalhados apenas 16 dias.” E segundo outra pessoa entrevistada: “As aulas dependem da quantidade de dias que o transporte escolar funciona, onde na prática os dias letivos trabalhados são 18 no máximo, e sendo menos trabalhados os meses de Junho e Dezembro”.

Entretanto, é importante ressaltar que a comunidade Vila Bom Jesus tem se acomodado também diante das problemáticas tanto educacionais como socioambientais. O que nem sempre foi assim, pois essa comunidade é marcada por muitos momentos de lutas por seus ideais. E principalmente no que diz respeito a educação, que pra termos hoje o fundamental maior e ensino médio, tiveram de acontecer muitas mobilizações reivindicando melhorias. Outro fator importante é a falta de movimentos sociais ativos na comunidade, que a deixa mais fragilizada ainda. E como diz o professor Wira: “Quando você não tem uma estratégia, você faz parte da estratégia de alguém”.

Ou seja, a comunidade tem uma parcela de culpa de muita relevância por estar deixando de se organizar para lutar por seus direitos. Sobre esse protagonismo dos movimentos sociais, Hage, (2014) afirma que:

Os movimentos e organizações sociais representativos da classe trabalhadora do campo – constituída em sua diversidade por agricultores familiares, assentados, acampados e trabalhadores assalariados rurais, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, povos da floresta, comunidades tradicionais e quilombolas –, nas últimas décadas, têm participado ativamente das disputas relacionadas à conquista da terra, dos territórios pesqueiros e da floresta, ao fortalecimento da produção de base familiar e à garantia do direito à vida com dignidade; constituindo-se enquanto sujeitos coletivos de direito e de produção de novas referências de sociabilidade, em que se inclui o direito à educação.(Hage, 2014, p.134).

Alimentação Escolar

No trabalho de apresentação do TC-IV, o grupo que ficou com esse indicador pontuou alguns avanços como: A qualidade da merenda e também o

que falta melhorar: A quantidade. Ter acesso a alimentação saudável contemplando os aspectos sociais e culturais de cada grupo é um direito básico da humanidade. E nesse sentido, é necessário amadurecer cada vez mais a ideia e a ação de uma alimentação de qualidade. Entretanto, mesmo que esses direitos já sejam previstos em leis, Infelizmente na realidade ainda não conseguimos acessa-lo em sua totalidade.

Em nossa escola por exemplo: Quando comparamos a alimentação escolar que disponibilizava os primórdios da comunidade com o que é disponibilizado hoje, percebemos um avanço significativo principalmente em termos de qualidade, mesmo que ainda não tenha nenhuma forma de aquisição de alimento da agricultura familiar local. No seminário o grupo que ficou com esse indicador pontuou alguns avanços como: A qualidade da merenda e também o que falta melhorar: A quantidade.

A qualidade da merenda

A qualidade da merenda que vem hoje para a escola Sitia Lopes de Alencar foi classificada pelos participantes como uma merenda de boa qualidade: Vem farinha de tapioca, jerimum, poupas de frutas. Antes só vinham alimentos industrializados.

Quantidade da merenda que vem

Quanto a quantidade que vem ainda deixa muito a desejar. Pois não dá pra suprir o mês todo, e a escola ainda precisa racionar para a merenda durar um pouco mais. Nesse contexto, Ferreira; Alves e melo (2019) afirmam que: Assim, a alimentação escolar é de grande valia para a nutrição dos discentes ajudando no desenvolvimento físico e na cognição de cada indivíduo.

Transporte escolar

Segundo os relatos dos entrevistados do meu TC-II, uma parte dos alunos vem das comunidades vizinhas Vila Nova Bom Jesus, Maria de Matias e outros que moram rio acima. Esses encaram a situação de um transporte “irregular” que é um barco pequeno e o outro transporte é catraias ou (rabetas) e se configura um transporte perigoso por não ter o mínimo de segurança, fica exposto ao Sol, chuva e o risco de acontecer acidentes.

A coordenadora sugere que: “No mínimo devia ter uma pessoa de apoio ao

barqueiro, pois ela lembra que em outras localidades já aconteceram fatos de crianças que caíram na água e morreram e o barqueiro não viu porque estava com a atenção voltada em pilotar o barco.” A professora Rosiane acrescentou que: “deveria ter um barco adequado e com coletes.” Sobre este ponto Salomão (2017), salienta que:

Ainda que reconheçamos muitos avanços em termos das políticas educacionais para o campo que se evidenciam na expansão e em mudanças quanto ao atendimento nos diversos níveis de ensino; estamos muito distantes de assegurar a universalização da Educação Básica aos sujeitos do campo, bem como de superar o quadro de acentuada desigualdade educacional, marcado por uma situação ainda precária em relação à permanência e à aprendizagem dos estudantes nas escolas do campo. (HAGE 2017 p.178).

O transporte escolar para todos os entrevistados é visto como uma realidade difícil e que merece uma atenção melhor. Eu vejo que a dificuldade do transporte escolar que é fluvial, devido ser a forma natural de locomoção dos ribeirinhos não é levada tão a sério. A ponto de não se reivindicar melhorias.

Infraestrutura da Escola

No que tange a infraestrutura da nossa escola, foi classificado no seminário como bom pelos participantes, portanto, assinalado com a cor verde. E se fizermos um paralelo com os primeiros prédios, de acordo com os entrevistados do meu TC-I, o primeiro prédio escolar que foi feito, Escola Bom Jesus, era uma casa sem cumieira (platibanda) com uma sala e uma cozinha quando a comunidade ainda era na beira do rio. O segundo prédio, Escola Nicias Ribeiro agora em terra firme, já foi construído de alvenaria com duas salas de aula e uma cozinha e hoje a atual Sitia Lopes de Alencar.

O prédio é todo de alvenaria com oito salas de aula, banheiros masculino e feminino, uma cozinha; refeitório; sistema de água próprio; possui internet; uma biblioteca que serve também como sala dos professores, sistema de placa solar e uma quadra esportiva. Então podemos dizer que nesse indicador houve uma evolução bastante considerável em relação aos primeiros prédios.

Ainda assim os participantes pontuaram alguns anseios que melhorariam ainda mais a qualidade do que já temos como: A climatização das salas, uma brinquedoteca e melhorar a infraestrutura da quadra de esporte. Segundo

(Santos; Maciel; Souza, 2021, p. 7): “O cenário educacional das escolas do Campo, historicamente tem demonstrado que na maioria das vezes, essas escolas são deixadas de lado pelo poder público, os investimentos no campo são poucos em relação às escolas urbanas”.

Como já foi enfatizado acima, a importância de uma comunidade que se organiza faz toda a diferença quando precisa reivindicar por seus direitos. E a educação é um dos ideais pelos quais os comunitários se mobilizaram e buscaram, e como disse o professor Dr. Felipe Bittioli, durante sua explanação na comunidade, “Educação não é prioridade de governo nenhum, independente de ideologia. Uns apoiam mais, outros menos, mas nenhum como deveria”. Por isso uma comunidade, que desconhece sua força e começa a se individualizar, vai enfraquecendo-se. Uma frase que enfatiza essa ideia, é a de que “quando você não tem uma estratégia, você faz parte da estratégia de alguém”, e foi dita pelo professor Wira, durante um evento da faculdade de Etnodiversidade em 2024, (Professor Dr. William “Wira” Cesar Lopes Domingues, com. pess.).

Dimensão Curricular e seus Indicadores de Qualidade

Projeto político pedagógico (PPP)

O fato de ainda não haver PPP na escola Sitia Lopes de Alencar gerou uma boa discussão no grupo e posteriormente no debate geral, pois se reconhece que este é um importante documento que a escola precisa para ter mais autonomia de organização. Segundo o autor (Gadotti, 1997) o PPP é a evolução de consciência crítica no âmbito escolar, envolvendo toda a escola e as famílias de determinado lugar compartilhando responsabilidade e autonomia. Ainda nesse contexto os autores Albarado; Russo e Hage (2022), salientam que:

Nesse processo, o PPP é um documento importante, alinhado ao currículo escolar, e que não pode faltar na escola; é obrigatório que todas as escolas da cidade e do campo tenham o seu projeto, pois é neste que será explicitado os rumos, a direção, a concepção de educação e as finalidades formativas da escola, o que almeja-se para os estudantes que chegam às escolas, e isto deve ser uma ação com objetivo e sentido explícito elaborado coletivamente, envolvendo escola e os sujeitos das comunidades e territórios onde as escolas se inserem e intervêm. (Albarado, Russo e Hage, 2022, p. 133)

Tempo/Calendário Escolar

De acordo com os dados coletados durante os tempos comunidades e na avaliação das pessoas durante o seminário de devolutiva, o atual calendário que a escola Sitia Lopes de Alencar segue é totalmente inadequado para a zona rural, porque não se adéqua às peculiaridades da nossa região. Todos os fatores citados acabam reduzindo a quantidade de dias letivos trabalhados, e conseqüentemente a qualidade o processo e ensino x aprendizagem. Tais adequações já são previstas no artigo 28 da Lei nº 9.394 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) nos incisos I-II e III:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância; (Redação dada pela Lei nº 14.767, de 2023)

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 23).

Os pontos que mais foram discutidos foram o período das cheias, a falta do combustível para o transporte escolar e o tempo que fica sem aulas quando os professores vão receber seus salários.

O período das cheias

Quando é tempo das cheias dos rios, entre os meses de abril e maio, uma parte da comunidade e do trajeto para chegar a escola Sitia Lopes de Alencar fica inundado dificultando muito o acesso à escola. Além da dificuldade de acesso devido à inundaçãõ, aumenta a ocorrência das arraias podendo causar acidentes, além de que o manejo do gado e os trabalhos nas roças da famílias aumenta, havendo a necessidade de auxílio dos discentes em casa e a falta nas escolas.

A falta de combustível para o transporte escolar

Embora o transporte escolar seja um direito dos estudantes incluindo principalmente os que moram no campo, e até regido por uma legislação que tem como finalidade garantir uma educação igualitária e de boa qualidade a todos, na prática essa acessibilidade ainda é muito problemática. Essa situação se manifesta também na escola Sítia Lopes de Alencar. Pois além da precariedade das embarcações, há outro fator que agrava mais esse indicador, a quantidade de combustível que vem para o transporte escolar. “Falta frequente de combustível para o transporte escolar e falta de transporte escolar adequado para os alunos”. (Loureiro; Carneiro e Amaral, 2019, p. 103).

. É insuficiente para suprir todos os dias letivos do mês. Segundo um dos entrevistados do meu TC-II em 2023, o fornecimento do combustível para o transporte dos alunos no barquinho e catraias, é fornecido por uma empresa contratada pela prefeitura. Entretanto, a quantidade de combustível nunca é o suficiente, mesmo levando-se em consideração a defasagem do calendário escolar, que efetivamente funciona com menos dias do que o ideal.

É importante observarmos também que antes quando tudo era mais difícil e o meio de locomoção era a canoa, mas os pais incentivavam os filhos e estes remavam por horas todos os dias para estudar. Não tinha barcos e nem catraias a merenda era escassa e parecia haver mais interesse nos deveres de casa que os professores passavam. E hoje, mesmo que não tenhamos o transporte ideal mas melhorou a mobilidade e conforto em relação a canoa e a qualidade da merenda. E infelizmente parece ter crescido um desinteresse das famílias pela educação. Um participante fez um paralelo lembrando que em sua época de criança não se via crianças andando na rua fora de hora, enquanto hoje até 23h é possível ver crianças andando nas ruas da comunidade.

O tempo que fica sem aulas quando os professores e barqueiros vão receber seus salários

Outro fator determinante e estreitamente ligado aos tópicos acima é o período em que os discentes ficam sem aulas devido ao tempo de pagamentos dos professores e dos barqueiros (pilotos das embarcações) que vão para a cidade, pois a partir do dia 29 ou 30 no máximo o salário sai, exceto o dos barqueiros que segundo um dos entrevistados, sempre varia do prazo dos professores saindo as vezes dia 03, ou dia 04, ou 05 ou até dia 07. Chegando na cidade, além de irem

receber seus salários e fazerem pequenas compras, ainda precisam ir até o estabelecimento de distribuição do combustível.

E na maioria das vezes, esse processo demanda pelo menos uma semana entre a ida dos professores e posteriormente dos barqueiros, até a volta para poderem receber seus salários que não sai no mesmo período do pagamento dos professores. Como eu observei em 2023 no TC-III, a mãe entrevistada expressou insatisfação ao relatar que: “Há meses sendo trabalhados apenas 16 dias.” E segundo outra pessoa entrevistada: “As aulas dependem da quantidade de dias que o transporte escolar funciona, onde na prática os dias letivos trabalhados são 18 no máximo, e sendo menos trabalhados os meses de Junho e Dezembro”.

Entretanto, é importante ressaltar que a comunidade Vila Bom Jesus tem se acomodado também diante das problemáticas tanto educacionais como socioambientais. O que nem sempre foi assim, pois essa comunidade é marcada por muitos momentos de lutas por seus ideais. E principalmente no que diz respeito a educação, que pra termos hoje o fundamental maior e ensino médio, tiveram de acontecer muitas mobilizações reivindicando melhorias. Outro fator importante é a falta de movimentos sociais ativos na comunidade, que a deixa mais fragilizada ainda. E como diz o professor Wira: “Quando você não tem uma estratégia, você faz parte da estratégia de alguém”.

Ou seja, a comunidade tem uma parcela de culpa de muita relevância por estar deixando de se organizar para lutar por seus direitos. Sobre esse protagonismo dos movimentos sociais, Hage, (2014) afirma que:

Os movimentos e organizações sociais representativos da classe trabalhadora do campo – constituída em sua diversidade por agricultores familiares, assentados, acampados e trabalhadores assalariados rurais, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, povos da floresta, comunidades tradicionais e quilombolas –, nas últimas décadas, têm participado ativamente das disputas relacionadas à conquista da terra, dos territórios pesqueiros e da floresta, ao fortalecimento da produção de base familiar e à garantia do direito à vida com dignidade; constituindo-se enquanto sujeitos coletivos de direito e de produção de novas referências de sociabilidade, em que se inclui o direito à educação.(Hage, 2014, p.134).

Considerações finais

Mediante a análise das pesquisas dos Tempos comunidade para restituir à comunidade lócus, pontuando os principais indicadores para serem abordados

no seminário de devolutiva sendo este o IV Tempo Comunidade. Um desafio que mais uma vez me proporcionou a oportunidade de conhecer um pouco mais o contexto da nossa realidade social e educacional da comunidade Vila Bom Jesus. E recorrendo os dados já obtidos nas pesquisas para analisar junto a escola e a comunidade, nesse trajeto, fui tendo um pouco mais da noção do quanto evoluiu e do quanto precisa evoluir os indicadores abordados em nosso seminário.

E analisar em seminário de forma democrática tais indicadores nos permitiu perceber que apesar de já termos dados que apontam para melhorias e para o que falta melhorar, tudo fica ainda mais evidente quando um grupo maior de pessoas que convive com a realidade, juntos compartilham com opiniões e posicionamentos buscando a partir do conhecimento sensibilizar-se e pensar em formas de como mudar a realidade existente. E pude perceber ainda, que das problemáticas abordadas infelizmente muitas delas são vivenciadas em outras comunidades também. Foi o que presenciei ao participar de outros três seminários dos colegas de turma.

Situações como a falta de participação da família na escola, Projeto Político Pedagógico; tempo/calendário escolar; transporte escolar e infraestrutura das escolas foram alguns dos principais indicadores abordados nos seminários de devolutivas. Constatando-se assim que mesmo com importantes melhorias que já aconteceram ao longo do tempo, ainda estamos longe do que podemos chamar de ideal para a educação. E nesse sentido, não podemos esperar que o governo dê a solução para todas as nossas dificuldades sem nos propor a agir como comunidades que se organiza e reivindica por seus direitos.

Referências

ALBARADO, E. da C. et al. Currículo e projeto político pedagógico... *Rev. Com Censo*, v. 9, n. 2, p. 130-136, 2022.

ARAÚJO, A. S. et al. Os desafios dos sistemas... *Rev. Bras. Educ. Campo*, v. 6, 2021.

BOTELHO, F. R. S. A participação da família... *Eventos Pedagógicos*, v. 7, n. 2, p. 426-440, 2016.

- BRAIT, L. F. R. et al. A relação professor/aluno... *Itinerarius Reflectionis*, v. 6, n. 1, 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.394... *LDB*. 7. ed. Brasília: Senado Federal, 2023.
- CALDART, R. S. Educação do campo... *Trabalho, Educ. Saúde*, v. 7, p. 35-64, 2009.
- FERREIRA, H. G. R. et al. O PNAE... *Rev. Seção Judiciária RJ*, v. 22, n. 44, p. 90-113, 2019.
- GADOTTI, M. Projeto Político-Pedagógico... In: GADOTTI; ROMÃO (Org.). *Autonomia da escola*. SP: Cortez, 1997.
- HAGE, S. Movimentos sociais... *Rev. Bras. Estud. Pedag.*, v. 87, n. 217, 2006.
- LOPES, R. de C. S. A relação professor-aluno... 2011.
- PRAZERES, M. S. C. dos. Educação do campo. *Rev. HISTEDBR On-line*, v. 13, n. 52, p. 357-371, 2013.
- SANTOS, R. A. dos et al. Plano de Ações. *Eccos Rev. Cient.*, n. 58, 2021.
- SANTOS, S. C. dos. O processo de ensino... *Cad. Pesq. Adm.*, v. 8, n. 1, p. 69-82, 2001.
- SILVA, C. R. da; DAL RI, N. M. Política Pública... *Rev. Bras. Educ. Campo*, v. 9, 2024.
- ZIMMERMANN, A. et al. A formação dos sujeitos... *Rev. NERA*, v. 23, n. 51, 2020.

DIRETRIZES BÁSICAS PARA SUBMISSÃO DE CAPÍTULO

ESTRUTURA:

Indicamos que o livro seja composto por três grandes áreas de trabalhos, a saber:

Parte I – **Experiências de ensino, pesquisa e extensão na área de Ciências da Natureza a partir da Educação do Campo** (FacEtno/CALTA), das experiências relacionadas às escolas do campo, das águas e das florestas. Poderá compor esta sessão as pesquisas na área de ciências da natureza produzidas a partir dos Tempos Comunidade I, II e III.

Parte II – **Estágio supervisionado dos discentes da Educação do Campo**. O foco desta categoria está nas experiências/reflexões geradas no exercício dos Estágios docente do curso de Educação do Campo, que refletirá sobre o ensino de ciências da natureza nos níveis fundamental e médio, em diálogo com os conhecimentos e disciplinas produzidas nas escolas do campo e no curso.

Parte III – **Trabalhos de Conclusão - TC's**. Comporá os trabalhos defendidos na FacEtno, da área de ciências da natureza, com temas diversos em diálogo com o território, práticas e vivências comunitárias, reflexões sobre as escolas do campo, etc.

FORMATAÇÃO:

Páginas

12 a 15 páginas, já com as referências.

Margens:

A4, retrato, margens: Superior e Esquerda: 3cm; Inferior e direita: 2cm)

Fonte:

Tipo: Georgia

Título: 14

Corpo do texto: 12

Espaçamento corpo do texto: 1,5 cm

AUTORES:

- a) Máximo de 4 autores por capítulo. Pelo menos um dos autores deve compor o quadro da FacEtno/CALTA (docente ou técnico);
- b) Podem ser convidados autores/colaboradores externos, não excedendo o limite de 4 autores por artigo;
- c) Cada professor da FacEtno/ CALTA poderá ser autor/coautor de no máximo 2 artigos/capítulos
- d) Filiações institucionais devem aparecer com nota de rodapé após cada nome; ainda, deverá ser informado o endereço de E-mail.

ESTRUTURA

Todo artigo deve conter os seguintes tópicos (salvo exceção do item).

- a) Introdução
- b) Referencial Teórico (tópico facultativo, desde que apareça integrado à Introdução)
- c) Justificativa
- d) Objetivos (tópico facultativo, desde que apareça integrado à Introdução)
- e) Metodologia
- f) Resultados e Discussões
- g) Referências

CITAÇÕES

Devem seguir ABNT NBR 10520/2023 (anexo)

REFERÊNCIAS

Devem seguir ABNT NBR 6063/2018 (anexo)

Data limite para envio dos artigos: 30/12/25

E-mail para envio: ronaldobio30@gmail.com